



Editorial: a política do cinema e a hermenêutica do silêncio

Editorial: the politics of cinema and the hermeneutics of silence

Aguinaldo Rodrigues Gomes¹

 <https://orcid.org/0000-0002-2398-8088>

 <http://lattes.cnpq.br/3408519048864585>

Miguel Rodrigues de Sousa Neto²

 <https://orcid.org/0000-0001-9672-3315>

 <http://lattes.cnpq.br/1581653418017053>

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2024.v16.23001>

O cinema, desde sua origem, tem sido um meio eficaz de expressão e reflexão sobre a realidade social e política. É certo que ele tem servido para divulgação de discursos hegemônicos e, com isso, garantido representações positivas sobre opressões que deveriam ter, há muito, sido superadas. Apesar disso, e muito além de ser apenas uma forma de entretenimento, ele possui um caráter profundamente transformador, capaz de dar visibilidade às questões que frequentemente ficam à margem da sociedade. Assim, a sétima arte se estabelece também como um espaço de resistência onde a memória coletiva é preservada e, muitas vezes, reescrita, oferecendo ao espectador uma oportunidade única de questionar e refletir sobre as dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldam

1 Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGcult)/UFMS e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (PPGEdu/UFMT). E-mail: aguinaldorod@gmail.com

2 É Bacharel (2002) e Licenciado em História (2004) pela Universidade Federal de Uberlândia, mesma instituição por meio da qual obteve os títulos de Mestre (2005) e Doutor (2011) em História. É docente do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, ambos do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: miguelrodriguessnetto@gmail.com

o mundo contemporâneo.

Em um contexto de crescente polarização política e social, o cinema tem um papel crucial na construção de narrativas que não apenas documentam a realidade, mas que também têm o poder de questioná-las. A função política do cinema não se limita ao simples ato de representar o mundo, mas também ao de nele intervir, oferecendo novas formas de enxergar a história, as relações de poder e a construção das identidades. Por meio de sua linguagem visual e sonora, o cinema consegue expressar a complexidade das questões humanas, ecoando vozes dos que muitas vezes foram silenciados pelos setores hegemônicos da sociedade.

O filme *Ainda Estou Aqui*, dirigido por Walter Salles, exemplifica essa capacidade do cinema de funcionar como uma ferramenta política de subversão e denúncia. A obra de 2024, que aborda temas como os desaparecidos pela Ditadura Militar brasileira, a dor e a resistência, pode ser vista como uma reflexão sobre a construção da identidade e a resistência contra a marginalização. O que torna o filme particularmente relevante neste contexto é sua exploração da “hermenêutica do silêncio”, um conceito que vai além do simples ato de não falar. Refere-se ao que é silenciado pela história, o que é esquecido ou ocultado, e que, por meio do cinema, ganha uma nova forma de expressão e visibilidade.

A hermenêutica do silêncio se configura como uma tentativa de resgatar o que ficou perdido ou oculto na narrativa oficial. Nesse sentido, o filme não apenas mostra a dor daqueles que foram silenciados, mas também oferece uma forma de resistência ao que foi silenciado pela história oficial. O cinema, portanto, se torna um instrumento de cura e de denúncia, revelando não apenas o que foi perdido, mas também o que ainda está presente, à espera de ser resgatado e ouvido.

A reflexão sobre o silêncio, suas múltiplas camadas e os diferentes motivos que levam alguém a se silenciar, pode ser diretamente relacionada ao filme *Ainda Estou Aqui*, de Salles, por explorar o tema dos desaparecidos políticos, da memória e da resistência no contexto da ditadura militar brasileira. No filme, o silêncio não é apenas um ato de omissão, mas sim uma escolha estratégica e um peso psicológico profundo que recai sobre os personagens que, por diferentes razões, se veem impossibilitados ou relutantes em falar sobre suas experiências.

Assim como na reflexão apresentada, onde o silêncio pode ser interpretado como uma maneira de evitar o confronto com um passado doloroso ou de proteger a verdade de uma realidade que ainda não pode ser enfrentada, no filme

Ainda Estou Aqui o silêncio emerge como uma defesa emocional e uma tentativa de preservar a integridade de quem viveu o trauma dos desaparecidos políticos e da repressão, tendo que preservar os filhos da dor de perder o pai, como no caso de Eunice Paiva. Os personagens que foram vítimas do regime ditatorial, e que carregam as marcas desse passado, muitas vezes preferem se silenciar, não por falta de vontade de falar, mas por já terem enfrentado, de alguma forma, suas memórias mais dolorosas. Para eles, a remoção de uma camada de silêncio parece trazer de volta um sofrimento que eles já haviam tentado enterrar.

Por outro lado, o filme também mostra que o silêncio não é uma posição unânime ou confortável. Para alguns, ele pode ser visto como uma forma de resistência e preservação, uma maneira de evitar a revitimização e a exposição de suas histórias. Para outros, especialmente para aqueles que ficaram em silêncio por muito tempo, a revelação da verdade se torna uma necessidade, pois as perguntas não respondidas sobre o passado acabam se tornando um peso impossível de carregar. Eunice Paiva, rompe aos poucos com o silenciamento sobre as agruras da ditadura, ao exigir respostas sobre a morte de seu marido Rubens Paiva, obrigando o Estado a admitir sua responsabilidade nos crimes praticados contra a família.

Em *Ainda Estou Aqui*, esse conflito entre o silêncio e a revelação, entre o medo do revanchismo e a necessidade de fechar feridas históricas, se torna uma linha tênue que os personagens tentam equilibrar. A hermenêutica do silêncio aparece nesse filme de forma clara, pois o silêncio de cada uma das personagens não é uniforme; ele carrega com elas uma série de significados, tanto pessoais quanto coletivos. E, como na reflexão, o que muitos não percebem é que, ao silenciar-se, muitas perguntas ficam sem resposta, tornando-se uma necessidade latente na busca por justiça, memória e reconciliação. O filme ilustra como o silêncio pode ser uma estratégia complexa e multifacetada, envolvendo tanto a proteção quanto o medo, a dor e a necessidade de encontrar um espaço para a cura. Ao mesmo tempo, ele evidencia que o silêncio também carrega um custo – o custo de deixar as perguntas sem resposta e de manter um ciclo de não-resolução que, inevitavelmente, terá que ser enfrentado em algum momento. O filme fala de hoje e dos usos do passado na contemporaneidade, da luta pela imersão da verdade ou do negacionismo que ao controlar o passado, regula, também, os regimes de verdade do presente. Vencedor do Oscar de Melhor Filme Estrangeiro na cerimônia de 2 de março de 2025, recebeu indicação nas categorias Melhor

Filme e Melhor Atriz, este, para Fernanda Torres.

A arte cinematográfica permeia essa edição, uma vez que o dossiê “*Cinema e Cidades*”, que abre este número de **albuquerque: revista de história**, propõe uma análise aprofundada das relações entre cinema e espaço urbano. Ele destaca a maneira como o cinema se imbrica com as cidades, refletindo sobre a construção do espaço público e as dinâmicas sociais e políticas que marcam os centros urbanos. O cinema, ao representar as cidades, não apenas documenta o que elas são, mas também as reinventa, refletindo as transformações sociais e as tensões políticas que atravessam os espaços urbanos.

O artigo “Cidade-Cinema: análise de uma interação a partir de uma experimentação conceitual”, de José Costa D’Assunção Barros, propõe uma reflexão teórica sobre como o cinema interage com a cidade. O autor sugere que o cinema oferece uma forma de experimentar a cidade de maneira conceitual, transformando a cidade não apenas em um cenário, mas em um sujeito ativo na construção das narrativas cinematográficas. A cidade, nesse contexto, deixa de ser apenas o pano de fundo das histórias e passa a ser um personagem com vida própria, que interage com os filmes de maneira complexa e multifacetada.

Em “Olhares cinematográficos sobre a Revolução dos Cravos”, Róbson Pereira da Silva, Grace Campos Costa e Lays da Cruz Capelozi, examinam como o cinema tem sido uma ferramenta importante para preservar e reinterpretar a memória histórica da Revolução dos Cravos, um dos marcos mais significativos da história de Portugal. Através da análise de filmes sobre o evento, os autores discutem o cinema servindo como um meio de construção histórica, ajudando a entender as dinâmicas políticas e sociais que moldaram o futuro do país europeu.

Em “Política entre-as-mulheres e a construção do espaço público em *Garotas do ABC* (2003), de Carlos Reichenbach”, Felipe Biguinatti Carias analisa a representação das mulheres e seu papel na construção do espaço público, explorando como o filme reflete a luta por visibilidade e representação no contexto de uma sociedade desigual. O autor utiliza o filme para discutir questões de gênero e a política de inclusão, apontando como o cinema se torna um espaço onde as questões femininas podem ser discutidas e visibilizadas.

Em “*As cidades no neorrealismo italiano: ressignificações do espaço urbano*”, Mauricio Caleiro investiga como o neorrealismo italiano, um movimento cinematográfico pós-Segunda Guerra Mundial, utilizou a cidade como um personagem ativo nas narrativas cinematográficas. O autor observa que,

através das lentes do neorrealismo, o cinema retrata as dificuldades sociais e econômicas do período, utilizando o espaço urbano não apenas como um fundo para a ação, mas como um reflexo das tensões e das contradições da sociedade italiana. Nesse contexto, a cidade, com suas ruínas e dificuldades, é uma metáfora para os desafios da reconstrução social e política que o país enfrentava. O cinema neorrealista, assim, se torna uma ferramenta de reflexão crítica sobre as condições de vida das classes populares, oferecendo uma representação honesta e, muitas vezes, dolorosa da realidade urbana.

O dossiê também traz o artigo “Os Heróis Anônimos na construção da capital federal: uma análise de Brasília segundo Feldman (Vladimir Carvalho, 1979)”, de Aline Carrijo e Carolinne Mendes da Silva, que analisam a construção da cidade de Brasília através do olhar do cineasta Vladimir Carvalho, revelando as complexas dinâmicas de poder e resistência que permearam a criação da capital do Brasil.

No artigo “Meia-Noite em Paris, um filme para a história”, Roberto Abdala Junior, faz uma análise reflexiva sobre o filme dirigido por Woody Allen. O autor destaca como o filme combina elementos de nostalgia, magia e cultura literária para criar uma obra que transita entre o passado e o presente, utilizando Paris como uma espécie de portal temporal.

Em uma abordagem mais voltada para a adaptação literária, o artigo “Um estudo sobre o naturalismo em *Thérèse Raquin*, de Émile Zola, e a sua transposição midiática contemporânea para a adaptação *Em Segredo*”, de Kassandra Naely Rodrigues dos Santos e Milena Hoffmann Kunrath, analisa como o naturalismo presente na obra de Zola é reinterpretado no cinema contemporâneo. As autoras destacam como a relação entre o indivíduo e o espaço social, central no naturalismo, é adaptada para as telas, refletindo a tensão entre as condições sociais e as escolhas pessoais. O filme *Em Segredo* torna-se, assim, uma transposição do drama original para um contexto moderno, mantendo as questões de classe, destino e violência, enquanto propõe uma nova leitura da obra à luz das relações urbanas contemporâneas.

O artigo “Jean-Luc Godard e o controle do presente: *Alphaville, une étrange aventure de Lemmy Caution* (1965)”, de Rafael Alves Pinto Junior, oferece uma análise crítica sobre como Godard manipula o espaço urbano futurista para discutir questões de controle social, tecnologia e alienação. Através da cidade de Alphaville, um lugar distópico e mecanizado, Godard questiona as possibilidades de transformação social através da arte e do cinema, usando a cidade como

uma metáfora para as tensões políticas e culturais do momento. O autor observa que, em Godard, o espaço urbano não é apenas uma representação de um futuro tecnológico, mas uma reflexão crítica sobre a natureza do controle social e da liberdade individual, algo que ressoa com as questões da modernidade e da globalização contemporânea.

A comparação entre visões utópicas e distópicas da cidade é o foco do artigo “Utopias e distopias urbanas nas telas do cinema: *Metropolis* e *Blade Runner*”, de Marcos Antônio de Menezes. Ao analisar esses dois filmes, o autor propõe uma reflexão sobre como o cinema constrói diferentes versões do futuro urbano, seja através da opressão e da desumanização em *Metropolis* ou da distopia tecnológica e ambiental em *Blade Runner*. Ambos os filmes oferecem críticas sociais profundas, questionando o impacto da industrialização e da tecnologia sobre as relações humanas e o espaço urbano. Através dessa análise comparativa, o texto enfatiza como o cinema pode ser uma ferramenta poderosa para explorar as tensões entre o progresso e seus custos, ao projetar visões de futuro que servem como advertências para as sociedades contemporâneas.

Essa edição da **albuquerque: revista de história** traz, ainda, uma série de artigos, uma análise crítica e uma resenha que abordam questões sociais, históricas e culturais relevantes.

O artigo de Jesús Javier Mejias Díaz, “*As mãos que devem comunicar o movimento: problemas que cercam a força de trabalho manufatureira no setor de aprendizagem de artes e ofícios em Havana, 1839-1849*”, oferece uma reflexão sobre as condições de trabalho e as dinâmicas de aprendizagem no contexto histórico de Havana, destacando as desigualdades e desafios enfrentados pelos trabalhadores artesanais da época.

Em “*Quilombos no Brasil imperial: uma análise historiográfica sobre resistência e lutas sociais*”, César Henrique de Queiroz Porto, Luiz Gustavo Soares Silva e Anna Flávia Rodrigues Dias discutem a resistência quilombola como uma estratégia de luta pela liberdade no Brasil imperial, reforçando a importância desses espaços de resistência na construção da identidade e da história do país.

O artigo de Janete Andrade de Lima e Vera Lúcia Ferreira Vargas Cesco, “*Estudantes indígenas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus Aquidauana: um estudo de caso*” aborda as dificuldades e desafios enfrentados pelos estudantes indígenas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Aquidauana, destacando a importância da adaptação institucional para garantir a

inclusão e a valorização das culturas indígenas. A pesquisa ressalta a necessidade de políticas educacionais que respeitem as especificidades desses estudantes, promovendo um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

Carmem Lúcia Sussel Mariano e Aguinaldo Rodrigues Gomes problematizam como o neoliberalismo, ao priorizar a competitividade e a eficiência, redefine a “qualidade” na educação básica, muitas vezes ignorando as desigualdades estruturais que marginalizam certos grupos sociais. A análise crítica destaca que, ao adotar uma visão de educação centrada no mercado, as políticas neoliberais aprofundam a exclusão e comprometem a efetividade do sistema educacional para as populações mais vulneráveis.

No Caderno Especial, *“Quem tem medo de Madonna?”*, Antonio Ricardo Calori de Lion analisa a figura de Madonna como um ícone cultural, destacando a relação entre sua imagem pública e o impacto de seu ativismo social, cultural e político.

A tradução de Rafael Morato Zanatto do texto “A emergência e desenvolvimento da justiça transicional como campo de pesquisa e de aplicação prática”, de Thomas Fischer, explora a evolução da justiça transicional, um campo que visa tratar as violações de direitos humanos em contextos de transição política, como em períodos pós-conflito ou após regimes autoritários. Nele há o destaque sobre como a justiça transicional tem se consolidado, tanto na teoria quanto na prática, como uma ferramenta fundamental para promover a reparação das vítimas, a reconciliação social e a consolidação da democracia. A pesquisa enfatiza a complexidade desse processo e os desafios enfrentados na implementação de políticas efetivas que busquem justiça, verdade e reparação de maneira equitativa e sustentável.

Na seção Resenhas, a primeira delas traz o livro de Maria Leda Martins, que reflete sobre as “temporalidades, negritude e a noção de corpo”, resenhado por Maria Eduarda Durães Martins. Como a autora aponta no próprio título de seu trabalho, o tema central é o “corpo e ancestralidade no tempo que transmuta, recria e se iguala em diferença” apontando os “ensinamentos a partir de performances do tempo espiralar”.

Finalmente, na resenha do livro *“A construção histórica da abjeção racista no Brasil”*, Cassio Rodrigues da Silveira apresenta a reflexão crítica de Berenice Bento sobre as raízes do racismo no Brasil e como ele se manifesta nas estruturas sociais e culturais, incluindo suas repercussões no cinema e na sociedade em geral, proporcionando uma análise profunda das dinâmicas de abjeção racial.

No contexto de **albuquerque: revista de história**, estes textos permitem uma reflexão profunda sobre a relação entre história, cinema e cidade, sobre as mediações culturais, as tensões sociais e as opressões ainda presentes em nossas sociedades, destacando a formação das identidades urbanas e a construção das narrativas históricas e políticas que moldam o nosso entendimento do mundo contemporâneo.